

**UNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANGELA MARIA DULCI

**A SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PRESENCIAIS: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CACOAL - RO**

**Cacoal (RO)
2016**

ANGELA MARIA DULCI

**A SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PRESENCIAIS: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CACOAL - RO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Rondônia *Campus* Professor Francisco
Gonçalves Quiles, como parte dos
requisitos, para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.**

Orientadora: Prof.^a Dra. Eleonice de Fátima
Dal Magro

**Cacoal (RO)
2016**

Dulci, Angela Maria.

D881s A sustentabilidade nas instituições de ensino superior presenciais: um estudo no município de Cacoal – RO / Angela Maria Dulci – Cacoal/RO: UNIR, 2016.
38 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus Francisco Gonçalves Quiles.
Orientadora: Prof.^a Dra. Eleonice de Fátima Dal Magro.

1. Sustentabilidade. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Instituições de ensino superior. I. Dal Magro, Eleonice de Fátima. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 504.05

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

ANGELA MARIA DULCI

**A SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
PRESENCIAIS: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE CACOAL - RO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Rondônia Câmpus Prof. Francisco
Gonçalves Quiles, Departamento de
Ciências Contábeis, como parte das
exigências para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.**

..... em de de .

Prof.^a Dra. Eleonice de Fátima Dal Magro- Orientadora
(UNIR – Cacoal)

Prof.^a Me. Ellen Cristina de Matos - Membro
(UNIR – Cacoal)

Prof.^a Me. Liliane Maria Nery Andrade – Membro
(UNIR – Cacoal)

Agradeço à Deus por ser minha fortaleza nos momentos de desânimo.

Aos meus pais, meu esposo e ao meu filho, pelo incentivo e apoio.

Aos meus professores, por me conduzirem ao saber.

A professora Eleonice de Fátima Dal Magro, pela orientação e dedicação.

RESUMO: As ações realizadas com vistas a preservação ambiental são denominadas de Sustentabilidade. O conjunto dessas práticas considerando o lado social, ambiental e econômico perante a sociedade resultam no Desenvolvimento Sustentável. As Instituições de Ensino Superior exercem influência na formação de seus alunos e chamam para si a responsabilidade de ensinar abordando conteúdos ambientais. Objetivou-se com esta pesquisa apontar quais os procedimentos das Instituições de Ensino Superior do município de Cacoal-RO que denotam as ações praticadas no que tange a Sustentabilidade, haja vista a necessidade de se conhecer as práticas sustentáveis e o incentivo ao desenvolvimento sustentável nas referidas instituições no município, uma vez que estas fomentam a economia local, geram forte movimentação financeira na cidade e contribuem para a formação de futuros profissionais. O levantamento inicial das instituições ocorreu por meio do site do Ministério da Educação e após efetuou-se entrevista com os gestores das IES. Por fim, os dados obtidos foram analisados e confrontados utilizando-se figuras com o auxílio de recursos do Microsoft Word. Voltando-se para as práticas de sustentabilidade desenvolvidas dentro das instituições, é notório que a muito o que fazer, pois as atuais práticas são simples perto do que pode ser feito pelo meio ambiente como um todo. A partir das contribuições dessa pesquisa, verifica-se que o assunto não se esgota e outros trabalhos podem ser aplicados, no sentido de alertar instituições sobre os prejuízos causados ao meio ambiente com a falta de ações e gestão sustentáveis.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável. Instituições. Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

Problemas causados pelo uso excessivo dos recursos naturais vem, mostrando ao longo dos anos que o desenvolvimento sustentável está diretamente relacionado à mudança nos hábitos de consumo e nas desigualdades da sociedade no que tange as práticas sustentáveis. Sendo assim, define-se a sustentabilidade como sendo toda ação realizada visando a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, como o conjunto dessas práticas apoiando-se nas dimensões econômica, ambiental e social, que por sua vez alicerçam o modelo de gestão *Triple Bottom Line* (TBL).

A necessidade da preservação do meio ambiente resultou em leis ambientais, dentre elas a Constituição Federal que criou o art. 225, o qual intentava regular os direitos do meio ambiente e assegurar uma boa qualidade de vida para as pessoas, além de atribuir responsabilidades de preservação ao poder público e à sociedade. Entre as muitas responsabilidades incumbidas ao poder público pela Constituição Federal brasileira (CRFB)

¹ Acadêmica Concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação da professora Dra. Eleonice de Fátima Dal Magro.

está a de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como incentivar a conscientização pública para que ocorra a preservação. Sendo assim as instituições de ensino, seja qual nível for, devem oferecer disciplinas sobre meio ambiente ou trabalhar tal conteúdo de maneira transversal. As Instituições de Ensino Superior (IES) destinam-se a atividades de ensino, levando conhecimento aos membros da sociedade em diversas áreas, inclusive a ambiental. A influência exercida pelas IES é fundamental na formação de conceitos e valores na vida de seus alunos.

No município de Cacoal, polo universitário no interior do Estado de Rondônia, as IES assumem dentre suas funções a responsabilidade de formar profissionais por meio de oferta de educação superior de qualidade, ampliando as oportunidades em um mercado de trabalho exigente. Ser uma cidade universitária impacta positivamente no município haja vista que, a circulação do dinheiro ocorre por meio de contratações em diversas áreas do comércio, construções, aluguel, beneficiando o setor imobiliário, é o caso dos alunos das cidades vizinhas que optam por não se deslocar todos os dias de suas cidades, essas e muitas outras situações fomentam o lado econômico e financeiro do município. Considerando o exposto, o presente trabalho buscou responder ao seguinte questionamento: Como ou quais as práticas, ações ou projetos as IES têm com a finalidade de promover a prática Sustentável em suas ações?

Perante a problemática apresentada, o objetivo geral dessa pesquisa baseou-se em apontar quais os procedimentos das IES comprovam as ações praticadas relacionadas a Sustentabilidade, tendo como objetivos específicos: a) apurar se as instituições pesquisadas estão em conformidade com a legislação ambiental; b) assinalar se a prática Sustentável atende ao *Triple Bottom Line* (TBL); c) identificar as ações de Sustentabilidade promovidas pelas IES.

O estudo justifica-se pela necessidade percebida de se conhecer as práticas sustentáveis, afinal, de acordo com Rattner (1999), a inexatidão ao definir o conceito de sustentabilidade demonstra a carência teórica em associar constantemente as obras publicadas a assuntos específicos, e o incentivo ao desenvolvimento sustentável das IES do município, uma vez que essas instituições fomentam a economia local e geram forte movimentação financeira na cidade, além de contribuir como fonte de pesquisa para a realização de futuros trabalhos.

O trabalho se desenvolveu por meio de uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa e método dedutivo, mediante adoção de procedimentos de pesquisa bibliográfica, de campo e documental. A técnica de pesquisa empregada foi a de entrevistas

com apoio de formulário pré-elaborado com gestores de instituições de ensino superior presenciais do município de Cacoal, uma vez que são responsáveis por controlar, organizar e alocar os recursos, além de solucionar possíveis problemas de conformidade das mesmas. Os dados foram verificados, interpretados e confrontados, utilizando-se figuras com o auxílio de recursos do Microsoft Word.

Conclui-se, portanto, que o trabalho atendeu ao objetivo proposto e, a partir das contribuições dessa pesquisa, verifica-se que o assunto não se esgota e outros trabalhos podem ser realizados, no sentido de alertar instituições sobre os prejuízos causados ao meio ambiente com a falta de ações e gestão sustentáveis, e que as instituições possam começar a transparecer suas ações para comunidade sem a necessidade de cobranças.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção aborda-se aspectos teóricos sobre as IES, sobre legislação ambiental e a sustentabilidade, bem como sua importância nas instituições de ensino superior, além de conceitos sobre o desenvolvimento sustentável, o modelo *Triple Bottom Line* de gestão.

2.1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Educar é repassar conhecimento, é a troca de experiências, principalmente entre os educadores e educandos. A educação tem como função proporcionar conhecimento intelectual, além de auxiliar na construção de caráter de um indivíduo, sendo capaz de intervir ao longo de toda a vida. Portanto, formar cidadãos, contribuir para os avanços tecnológicos e o desenvolvimento de toda uma sociedade, é o mesmo que incentivar uma boa educação. Para isso, são elaboradas leis que servem como direcionadores para uma educação acessível e de qualidade, sendo essas leis passíveis de mudanças quando necessitarem melhorias (MIRANDA; SCHIER, 2016).

Para Carneiro e Novaes (2009), a educação está diretamente relacionada às características de um país e seus habitantes, além de utilizada para seu crescimento, por isso a mesma não pode se orientar por negócios. Entende-se que a junção entre sociedade, mercado e Estado pode ser uma possibilidade de se criar o equilíbrio dos negócios públicos e privados para regularizar o Ensino Superior.

De acordo com Santos (2012), o ensino superior é o caminho para se adquirir mais conhecimento, por isso é nas IES que se deve vivenciar os princípios e as experiências de uma didática que transmite o conhecimento pautado na necessidade de cada aluno.

Dito isso, Kruger *et al* (2011) e Costa; Almeida e Freitas (2010), afirmam que as instituições de ensino são definidas como empresas que trabalham com o incentivo ao conhecimento através da educação. Entretanto, Costa; Almeida e Freitas (2010), relatam que as instituições também servem para suprir as carências de um povo, além de formar cidadãos, exercendo influência direta no crescimento coletivo, econômico, político. A Constituição Federal (1988) em seu art. 207, atribui as universidades autossuficiência didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, mantendo a união entre ensino, pesquisa e extensão.

Porto e Régner (2003), relatam que as IES se deparam com diversas mudanças e desafios, dentre eles o fato de ter que inteirar-se, rever o modo de organização e se introduzir em uma sociedade com um novo papel social, além de ter que encontrar respostas para os impasses causados a população devido a essas mudanças. Siqueira (2005), ao escrever sobre as IES do Brasil, lembra da importância das grandes cidades no emprego dessas instituições, mas aponta as transformações que justificam a disseminação rumo ao interior, tais como possíveis parcerias públicas e privadas e o fato das cidades do interior apresentarem menor índice de violência, sem falar dos benefícios econômicos e financeiros com a geração de novos empregos e a introdução de novas culturas as pessoas. Destaca-se ainda a responsabilidades das instituições privadas nesse processo de migração e a adesão gradativa das instituições públicas.

2.1.1 Classificação administrativa das IES

O Brasil possui IES públicas, mantidas pelo poder público, e privadas, administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, podendo ter ou não finalidade de lucro. Nesse caso denominam-se instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas (CAVALCANTE, 2000). O autor esclarece que as IES possuem denominações distintas, as mesmas podem se intitular como Universidades, Centros Universitários ou como Instituições Não-Universitárias de Ensino Superior, diferenciando-se quanto sua formação privada, pública, federal, etc.

No tocante as Universidades, o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, as caracteriza como uma instituição acadêmica multidisciplinar, com autonomia para a criação de cursos e sedes acadêmicas e administrativas, além de expedir diplomas, fixar contratos e convênios, entre outros, mas sempre consoante com a lei (BRASIL, 2006). Toda Universidade que possui engajamento voltado a sociedade, dispõe de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que,

compreende exigências comuns e as introduz por meio de atividades e disciplinas no cotidiano da instituição. As Universidades não devem se limitar a uma única didática, devem ter finalidades voltadas para a economia, política, sociedade e para a cultura, haja vista que, ao se tornarem indiferente a essas demandas, se tornam propensa a construir um saber que possivelmente não poderá ser desempenhado (COSTA; ALMEIDA; FREITAS, 2010).

Conforme o mesmo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, os Centros Universitários são instituições pluricurriculares, que abrangem várias áreas do conhecimento, destacando-se pela qualidade do ensino oferecido. Esses centros possuem autossuficiência para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior. Enquanto, as Instituições Não-Universitárias de Ensino Superior não possuem autonomia para conceder diplomas e títulos, devendo eles serem averbados por uma universidade, essas instituições são impedidas de ofertar a pós-graduação (BRASIL, 2006).

2.2 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A partir do momento que se adquiriu a consciência de que um dia os recursos naturais poderiam acabar, surgiram os questionamentos sobre o que fazer para que essa situação pudesse se reverter. Almeida (2002) afirma que nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, essas discussões passaram a ser fomentadas ainda mais pela necessidade de manter as atividades econômicas e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente.

O primeiro instrumento mundial voltado para o meio ambiente foi a Declaração do Meio Ambiente em Estocolmo, de 1972, que culminou na elaboração de 26 princípios, que na sua essência resguardava o direito ao desenvolvimento e em paralelo a preservação do meio ambiente (SILVA, 2007). O Brasil, também adepto do acordado em Estocolmo, na tentativa de amenizar os danos causados, procurou meios que respaldassem suas ações. Wolff (2009), define a legislação ambiental brasileira como uma série de instrumentos legislativos que existem e estão relacionados de alguma forma à preservação do meio ambiente.

A legislação ambiental brasileira, é responsável por determinar direitos e deveres para as pessoas por meio de leis, competindo ao poder público a fiscalização quanto ao cumprimento ou não dessas leis. O descumprimento das leis ambientais, resulta em punições como multas, perda de direitos ou até mesmo prisão. No Brasil, algumas leis e eventos podem ser mencionadas como um marco na legislação ambiental brasileira para a preservação do meio ambiente, essas leis visavam na sua essência a continuidade do meio ambiente, conforme a Figura 1 a seguir.

Lei	Definição
Lei 6.938/81	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei 7.347/85	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.
Art. 225 da Constituição Federal Brasileira	Assegura que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. Resultou na criação das convenções sobre biodiversidade e sobre mudanças climáticas, que mais tarde resultaria na elaboração do Protocolo de Kyoto e, na assinatura da Agenda 21, onde 179 países acordaram em elaborar estratégias que objetivavam o alcance do desenvolvimento sustentável.

Figura 1- Caracterização dos principais marcos para legislação ambiental brasileira

Fonte: Lei 6.938 (BRASIL, 1981); Lei 7.347 (BRASIL, 1985); Constituição Federal (BRASIL, 2012, p. 127); Portal Brasil (2012).

Wolf (2009), relata que a lei da Política Nacional do Meio Ambiente foi responsável pela implantação de novos conceitos referentes a preservação do meio ambiente para as gerações atuais e futuras, além de prever a responsabilidade civil ambiental objetiva. No entanto, o autor ressalta que apesar de ampla, essa lei precisa ser aplicada em sua totalidade para que sejam alcançados os objetivos almejados. Para Capelli (2004), a Lei da Ação Civil Pública nº 7.347/85 é o instrumento processual que dentre seus objetivos, visa proteger o meio ambiente e proporcionar amparo legal aos interesses de toda a sociedade, tornando menos burocrático o acesso à justiça. Wolf (2009), concorda e diz que essa lei resultou significativamente no desenvolvimento e gerenciamento ambiental.

Silva (2007), afirma a importância da Constituição Federal de 1988 em ser a primeira Constituição a trazer um capítulo todo dedicado ao meio ambiente. Anteriormente a Constituição, até mesmo antes da lei de nº 6.938/ 81, houveram outras leis, todas destinadas a disciplinar a exploração dos recursos naturais para a obtenção de lucro. A Eco-92 foi responsável por estabelecer metas para o controle de poluição entre os países que participavam de sua conferência, além de ter sido um subsídio para novos acordos e documentos, reafirmando o objetivo de se alcançar o desenvolvimento sustentável (PORTAL BRASIL, 2012).

A Constituição Federal no art. 218, determina as responsabilidades dos estados, principalmente no que tange a incentivos para os setor privado e público e destinação de receita “a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica” (BRASIL, 1988).

Conforme o art. 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), é clara na atribuição ao Poder Público e à sociedade em defender e preservar o meio ambiente para as presentes e

futuras gerações. O mesmo ainda determina a delimitação de áreas de proteção ambiental e o que nelas contém, além de condicionar a criação de empreendimentos e/ou implantação de atividades, que possam de alguma forma ser prejudicial ao meio ambiente, com estudos ambientais transparentes a sociedade. Barbieri (1995), relata que a legislação caracteriza o Estudo de Impacto Ambiental como sendo todo esforço empregado na tentativa de antecipar danos ambientais em grandes empreendimentos.

Conforme previsto no art. 23 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), os estados estão encarregados de proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, de preservar as florestas, a fauna e a flora.

No estado de Rondônia, o Decreto nº 7903/97 em seu art. 2 determina que “através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, seja estabelecida e regida as medidas de proteção, recuperação, controle, fiscalização e melhoria da qualidade do meio ambiente” (BENITEZ, 2002).

Silva (2007), afirma que aos municípios compete estabelecer a proteção do meio ambiente e a organização local, ou seja, os municípios devem desenvolver ações para combater a utilização desenfreada de seus recursos locais, além de evitar o crescimento desordenado espaço. Nos municípios, as atividades e os empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de determinada área devem ser delineados e identificados pelos Conselhos Estaduais de Meio

Ambiente, considerando os critérios de dimensão, gravidade e especificidade da atividade (BENITEZ, 2002).

2.3 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é a prática realizada visando a utilização, preservação e manutenção de todos os recursos naturais disponíveis. Para Munck e Souza (2009), a sustentabilidade integra um conjunto de atitudes que levam ao desenvolvimento sustentável. Entretanto, Enlazador (2010), afirma que adotar práticas sustentáveis é apenas o início para um consumo sustentável.

Mendes (2009) defende a ideia de que esse conceito exerce influência no futuro das pessoas, no modo como vivem e no que acreditam, e ressalta a importância da interação entre as pessoas e o meio ambiente. Para Melo e Martins (2007), a sustentabilidade envolve a necessidade de relação mútua entre valores morais, qualidade de vida, juntamente com a preservação ambiental e a necessidade de desenvolvimento com o nível de utilização dos

recursos naturais que o ambiente pode suportar. Assim, para construir uma sociedade capaz de suprir suas necessidades produtivas, de consumo, de crescimento e ao mesmo tempo não comprometer novas gerações, é fundamental entender que o meio ambiente preservado proporciona o conforto da população e reflete no crescimento econômico (RATTNER, 1999).

Dentre as práticas sustentáveis mais comuns realizadas, pode-se mencionar algumas como o uso racionado de ar-condicionado e lâmpadas, ou até mesmo suas trocas por ventiladores e lâmpadas mais econômicas, a compra de produtos com selo de economia, produtos de origem sustentável e alimentos orgânicos, além disso, prezar pela coleta seletiva, onde ocorre a destinação correta do lixo, fazer a reutilização de impressões como rascunho, etc... (ENLAZADOR, 2010).

A crescente ameaça ao meio ambiente fez com que o conceito de sustentabilidade se tornasse forte, trazendo perante tanta preocupação o surgimento de novas convicções e um novo ponto de vista, afinal o que era para gerações futuras não poderia ser mais atual e presente (MONTE-MÓR, 2015). Para Lucca e Glowacki (2008) e Souza e Pfitscher (2013), a preservação do meio ambiente é algo que interfere em todos os setores da economia. Esses setores são pressionados por leis e normas a aderirem a um conjunto de políticas e práticas para conseguir um desempenho ambiental satisfatório. Os sistemas de gerenciamento ambiental (SGA) objetivam a princípio, solucionar a questão econômica através do equilíbrio entre os setores e o meio ambiente, uma vez que uma empresa não suportaria tantas imposições sem o devido equilíbrio (LUCCA; GLOWACKI, 2008).

Dentre as normas existentes pode ser citada a ISO 14001. Trata-se de uma norma internacional que visa detalhar as condições necessárias para instalar e executar um SGA em uma empresa. As organizações de normalização da ISO encontram-se distribuídas em países por todo mundo. No Brasil é regulamentado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT. O SGA foi elaborado para ajudar tanto as empresas pequenas como as grandes, a preparar ações mais eficazes, evitar e monitorar grandes danos ambientais e ao mesmo tempo obter resultados econômicos positivos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

Segundo Arruda e Quelhas (2010), a discussão sobre sustentabilidade é prioridade nas grandes empresas, onde seus gestores buscam liderar de forma responsável equilibrando valores socioambientais com as práticas do dia a dia. No entanto, Almeida (2002), relata que no início a atitude das empresas era diferente, a única preocupação com o ambiente estava em cumprir com o que se exigia as autoridades e/ou se não, ser bem visto pelos clientes.

De acordo com Munck e Souza (2009), a sustentabilidade é utilizada como ferramenta de estratégia na gestão da organização, auxiliando na tomada de decisão. Contudo, Carvalho *et al* (2011), ressalta a dificuldade em tomar decisões envolvendo o tema, afinal, trata-se de um interesse social comum e que na maioria das vezes não há como prever as consequências.

Tomé e Bresciani (2015), afirmam que para alcançar a sustentabilidade, as empresas devem procurar alternativas criativas, mantendo sempre a preocupação em se reinventar e ao mesmo tempo procurar novas alternativas sustentáveis e de baixo custo. Para Almeida (2002), a sustentabilidade precisa se reestruturar completamente, para que surjam novas condutas na sociedade. Essas transformações são necessárias, devido as desigualdades existentes na economia, onde as riquezas estão concentradas nos grandes empreendimentos e nas mãos dos empresários.

2.3.1 Desenvolvimento Sustentável

A questão do termo Desenvolvimento sustentável começou a ser abordado, durante o processo de conscientização das grandes potências mundiais de que os recursos naturais poderiam ter um fim se os mesmos persistissem apenas na obtenção de riquezas (MENDES, 2009). A diferença entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável abordada torna-se uma linha tênue, haja vista que sustentabilidade representa práticas que visam preservar o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável por sua vez é o conjunto dessas práticas.

“A sustentabilidade há que ser ecológica, mas também social, econômica, espacial, e cultural, diz ele. Caso contrário, não o será” (MONTE-MÓR, 2015, p. 08). Para as práticas sustentáveis alcançarem o desenvolvimento sustentável, as mesmas devem possuir todas as dimensões já mencionadas. Mendes (2009) afirma que a ausência de uma das dimensões descaracteriza o desenvolvimento sustentável, uma vez que as dimensões estão conectadas e se interagem em algum momento por algum motivo maior.

Para Valinhas (2009), as dimensões econômicas, social, ambiental e institucional estão inseridas dentro dos indicadores de desenvolvimento sustentável. Esses indicadores são ferramentas que viabilizam alcançar dados reais e relevantes para averiguação, nesse caso informações ambientais.

Almeida (2002) acredita que o desenvolvimento sustentável deve ser visto como sendo tridimensional. As dimensões da sustentabilidade que compõem o desenvolvimento sustentável devem possuir a mesma equivalência, afinal, ocorre uma interligação entre poder

público, setor privado e coletividade. Para esses autores, tal conceito é de fácil explanação, porém de complexa compreensão.

Uma instituição que almeja ser sustentável, além de executar o desenvolvimento sustentável deve vivencia-lo. Isso só será possível se houver uma gestão sustentável, o que ocorre priorizando-se as questões ambientais, sociais e econômicas no meio em que se está inserido (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

2.3.2 Triple Bottom Line (TBL)

O Tripé da Sustentabilidade assim conhecido em sua tradução para o português, é um modelo de gestão alicerçado nas dimensões da sustentabilidade pontuadas pelo desenvolvimento sustentável (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009). O TBL foi desenvolvido para oferecer suporte as empresas, para que o desenvolvimento sustentável ocorra de maneira equilibrada baseando-se nas dimensões econômica, social e ambiental. Para uma empresa utilizar o conceito do TBL, a mesma deve se preocupar bem mais do que a obtenção de lucro, tem de haver também a preocupação com as necessidades da sociedade e do meio ambiente (PAZ; KIPPER, 2016).

Uma estratégia empresarial com base no TBL defende a operação de atividades economicamente executável, favorável a sociedade e benéfica ao meio ambiente. Para Daniel (2014), se tais atividades permanecerem equiparadas, as mesmas trarão retornos satisfatórios para a empresa.

Segundo Oliveira *et al* (2012), as empresas voltando-se para o lado econômico do tripé, devem estar preocupadas em desenvolver negócios possíveis e vantajosos para seus parceiros. Enquanto a questão ambiental, esses mesmos negócios apesar de vantajosos não podem interferir no meio ambiente de modo que venha prejudica-lo. Agora, além de se preocupar com o econômico e o ambiental, na parte social do tripé, a empresa deve-se voltar para a sociedade e seus membros, por assim dizer.

Benites e Polo (2013), ressaltam que a inserção do TBL no ambiente de trabalho requer modificações internas, pois esse modelo de gestão interfere nas atitudes das empresas e consequentemente na maneira como elas são vistas perante seus clientes e no mercado em que atuam. Para Barbieri e Cajazeira (2009), as empresas estão preocupadas na sua maioria apenas no retorno financeiro, contudo, eles esclarecem que na atualidade pensar dessa forma não é o bastante, principalmente em tempos em que a questão sustentável é algo tão discutido. Os autores afirmam que o capital da empresa não deve ser visto apenas como bens materiais, uma

vez que também existe o capital humano e esse também tem de ser considerado. Paz e Kipper (2016) na discussão dos resultados encontrados em seu estudo, relatam certa deficiência no lado social do tripé e salientam que o equilíbrio só ocorre se as empresas se reinventarem e promoverem momentos de interação com o ambiente externo, para que os membros da sociedade possam compreender que de fato todos as dimensões devem viver harmonicamente.

2.4 PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Segundo Viegas e Cabral (2014), dentre os 26 princípios estabelecidos pela Declaração do Meio Ambiente em Estocolmo em 1972, especificou-se a inserção da educação ambiental em todos os níveis de escolaridade, objetivando estimular a consciência ambiental no decorrer da vida de uma pessoa, refletindo em suas atitudes e local de trabalho.

Nesse ambiente, as organizações se deparam com grandes obstáculos para alcançarem os propósitos que o desenvolvimento sustentável impõe. Tais obstáculos ocorrem, pois, essas organizações relutam as inúmeras transformações. São tantos os entendimentos sobre o desenvolvimento sustentável que falta consonância em como mensurar as práticas sustentáveis, dificultando planejamentos e evolução (BELLEN, 2014).

A visão de uma instituição deve estar voltada também para sua influência exercida em sociedade, e não somente aos seus interesses internos, para que dessa forma seja alcançada a longevidade da mesma (CHAVES *et al*, 2013). De acordo com Jacobi (2003), as constantes discussões que permeiam a questão ambiental, estão intrínsecas no ambiente da educação, o que estimula o meio ao que se está inserido, preparando ainda mais os profissionais para o convívio educacional.

Na concepção de Kruger *et al* (2011), as instituições estão procurando viabilizar a sustentabilidade em seu meio no cotidiano, mediante o conceito de gestão ambiental, onde se define, planeja, operacionaliza e coloca em prática todo o planejamento em relação a possíveis transtornos ambientais. Ao assumir o papel de ensinar e educar, as IES abarcam a responsabilidade de conscientização sobre os impasses ambientais, ou seja, se comprometem na promoção do desenvolvimento sustentável, tornando-se modelo perante a sociedade. Essa promoção pode ocorrer de inúmeras maneiras, o mais comum são os programas de educação com elaboração de trabalhos (VIEGAS; CABRAL, 2014).

O Quadro 1, destaca alguns principais estudos publicados entre 2005 e 2016, voltados para a temática da Sustentabilidade em IES brasileiras. O mesmo expõe o título das obras e seus referidos autores, bem como o objetivo central e os principais resultados encontrados.

Autor	Título	Objetivo do trabalho	Principais resultados
Souza e Benevides (2005)	Educação Ambiental Para o Desenvolvimento Sustentável e o Comprometimento das Universidades/Faculdades do Município do Rio de Janeiro, RJ.	Analisar o comportamento das Instituições de ensino superior no curso de Administração de Empresas frente à nº Lei 9795, de 26.04.1999 que instituiu a política nacional de educação ambiental.	Constatou-se que a maioria das universidades/faculdades não está consciente deste papel de suma importância que a elas e somente a elas pertence, que é o da pesquisa, inovação, capacitação, papel de formadora de consciência crítica e de formadora de gestores comprometidos com o desenvolvimento sustentável sendo evidente que a conscientização das Instituições depende de três fatores básicos: a necessidade de políticas específicas para educação superior e a ação fiscalizadora e punitiva do MEC, ser mais atuante, em atenção aos preceitos Constitucionais já apontados no trabalho e as suas regulamentações, tais como a LDB (art. 1º) e a Lei nº 9795 de 1999, que disciplina a educação ambiental como indispensável na formação acadêmica, atendo aos princípios Constitucionais insertos no art. 207 da CRFB.
Boff; Oro; Beuren (2008)	Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior na Visão de seus Dirigentes.	Descrever a gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior comunitária, na visão de seus dirigentes.	Os resultados mostram que, na visão dos dirigentes entrevistados, a gestão ambiental em IES tende a criar benefícios ao meio ambiente e à própria instituição. Assumir ou não essa responsabilidade depende das crenças e valores dos principais dirigentes da IES, visto que são eles os tomadores das decisões. Seus princípios e práticas com relação ao meio ambiente são fundamentais no tratamento dos impactos ambientais causados pela IES.
Wienhage et al (2009)	Responsabilidade social em Instituições de Ensino Superior: práticas adotadas para a gestão ambiental.	Identificar as ações praticadas por Instituições de Ensino Superior para a gestão ambiental.	Identificou-se que as IESs apresentam resultados satisfatórios quanto aos indicadores relacionados a resíduos, materiais e energia elétrica.
Engelman; Guisso; Fracasso (2009)	Ações de Gestão Ambiental nas Instituições de Ensino Superior: O que tem sido feito.	O artigo pretende tratar das ações ambientais nas Instituições de Ensino Superior, visando identificar se há um comprometimento por parte das instituições com uma gestão ambiental não só porque atuam na formação dos valores da comunidade, mas também por servirem de modelo, influenciando toda a sociedade.	Os resultados apontam que as iniciativas oriundas das IES pesquisadas existem, mas algumas não são levadas adiante por causa de uma visão administrativa que visa resultados imediatos (redução de custos, pouco capital para investimento), em concordância com organizações situadas em países em desenvolvimento. Apesar de barreiras financeiras e culturais, muitas iniciativas são tomadas nesse sentido e há um processo crescente de conscientização em todas as pessoas envolvidas com as IES. A adoção de um Sistema de Gestão Ambiental pode ser vista como uma concretização dessas iniciativas.

Continua...

Continuação.

Vaz <i>et al</i> (2010)	Sistema de Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: uma revisão	Apresentar uma reflexão sobre o desenvolvimento da pesquisa científica, relacionada ao Sistema de Gestão Ambiental, em Instituições de Ensino Superior.	Concluiu-se que as Instituições de Ensino Superior são pouco exploradas e restritas, em relação ao seu gerenciamento ambiental. Porém, mostram a sua preocupação com o desenvolvimento sustentável, tanto no que diz respeito ao ensino dos alunos, quanto às suas práticas ambientais.
Uehara <i>et al</i> (2010)	Pesquisas em gestão ambiental: Análise de sua evolução na Universidade de São Paulo	Analisar a evolução histórica dos diferentes enfoques das pesquisas em gestão ambiental na Universidade de São Paulo (USP).	Constatou-se um número reduzido de grupos que realizam pesquisas em gestão ambiental, a inexistência de interações entre eles, a falta de uma política institucional que a tenha como princípio integrador, além da morosidade para vincular egressos de cursos de gestão ambiental aos conselhos profissionais.
Brandli <i>et al</i> (2011)	Indicadores de Sustentabilidade Ambiental da Universidade de Passo Fundo.	Relatar os resultados iniciais da avaliação da sustentabilidade na UPF, sendo que nesta etapa foram avaliados os cursos de graduação da instituição.	Muitas ações já foram implantadas no <i>campus</i> e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, refletindo a preocupação com a sustentabilidade ambiental. Entretanto, o que se observou na avaliação é que essas ações são isoladas.
Silva e Corrêa (2012)	A prática responsável e as estruturas curriculares das Instituições de Ensino Superior do Recife/PE no curso de Administração sob a ótica da Educação para a Sustentabilidade.	Analisar como a educação para a sustentabilidade vem sendo abordada nas IESs do Recife, no curso de Administração.	Notou-se que nas instituições pesquisadas a temática, em sua maioria, é repassada de modo transversal para o alunado em diferentes disciplinas da estrutura curricular e em eventos promovidos pelas IES.
Cuzzuol; Ferreira; Manéia (2012)	A Perspectiva da responsabilidade Socioambiental nas Instituições de Ensino Superior	Mostrar que a Educação Ambiental, entendida como tarefa essencial à vida humana, deve ser praticada nas escolas e nas organizações para a mudança do quadro atual. Além disso, evidenciar que a socialização das ações, tanto internas quanto externas, voltadas ao cumprimento da responsabilidade socioambiental tem, ainda, como característica principal a participação de todos os sujeitos envolvidos nos processos organizacionais das Instituições de Ensino Superior – IES, o que requer a elaboração de estratégias de gestão ambiental que priorizem a execução das ações ambientais no contexto de programas de Educação Ambiental.	Conclui-se que a responsabilidade social faz parte de uma nova concepção de sociedade da qual as IES não poderiam ficar alheias. A responsabilidade social nas IES está relacionada aos projetos pedagógicos de ensino, pesquisa e extensão, bem como a uma gestão voltada para a qualidade do ensino, a formação de profissionais e a promoção humana com visão crítica de mundo.

Continua...

Continuação.

Palma; Alves; Silva (2013)	Educação para a sustentabilidade: a construção de caminhos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)	Identificar se questões relacionadas à sustentabilidade estão sendo trabalhadas na prática dos IFs brasileiros, especialmente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), e de que forma.	Observou-se que, apesar do IFRS apresentar em seus documentos uma preocupação com o assunto, não existe uma política institucional que integre as ações relativas à sustentabilidade na organização em geral, sendo que a introdução do tema nos cursos acontece de formas diversas, por iniciativa de alguns professores. Contudo, projetos que buscam a inserção da sustentabilidade em cursos da área de gestão e negócios já podem ser verificados, como os que estão sendo desenvolvidos nos campi Canoas e Osório.
Luiz <i>et al</i> (2013)	Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.	Averiguar o tratamento dado as questões socioambientais orientadas na A3P e na legislação ambiental vigente no âmbito de um IFECT.	Ficou evidente que a Instituição desenvolve poucas ações de conscientização e monitoramento do uso racional dos recursos naturais e gestão dos resíduos gerados. No momento, sua prioridade é a capacitação dos técnicos administrativos e as licitações sustentáveis.
Warken; Hen; Rosa (2014)	Gestão da Sustentabilidade: UM Estudo sobre o nível de Sustentabilidade Socioambiental de uma Instituição Federal de Ensino Superior	Avaliar o nível de sustentabilidade ambiental na Universidade Federal Fronteira Sul, campi de Chapecó/SC, a partir da aplicação do Modelo de Avaliação de Sustentabilidade Socioambiental (MASS) elaborado por Freitas (2013).	Os resultados demonstram que UFFS apresenta 53,09% do índice geral de sustentabilidade atingido (numa escala de 0 a 100%), representando que a instituição aplica a Sustentabilidade Ambiental preponderantemente para cumprir os requisitos legais.
Rocha; Pfitscher; Carvalho (2015)	Sustentabilidade Ambiental: Estudo em uma Instituição de Ensino Superior Pública Catarinense.	Analisar a sustentabilidade ambiental de uma IES de Santa Catarina por meio do SICOGEA Geração 2.	Concluiu-se que a IES apresentou um índice de sustentabilidade global de 32%, considerado como fraco.
Ávila; Madruga; Beuron (2016)	Planejamento e Sustentabilidade: O caso das Instituições Federais de Ensino Superior.	Analisar a perspectiva da sustentabilidade em Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), identificando as dimensões que estão abarcadas nos textos da Missão e Visão, associando-as com as diretrizes do Plano Nacional de Educação e suas peculiaridades.	Destaca-se que mais da metade das IFES pesquisadas não está com o PDI vigente, não segue completamente a legislação, as recomendações e as diretrizes norteadoras do MEC.

Quadro 1 – Trabalhos realizados em IES abordando a questão da Sustentabilidade**Fonte:** Elaborado pela autora

2.4.1 As Instituições de Ensino Superior e o município de Cacoal

O estado de Rondônia em seu processo expansão, ficou marcado pela extração e exploração de recursos naturais, isso culminou na diversidade populacional do mesmo. O grande deslocamento de pessoas de outras localidades, resultou na abertura de rodovias e no povoamento de pequenas cidades pelo interior do estado, dentre elas Cacoal (OLIVEIRA, 1998). De acordo com dados atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, (2016), Cacoal possui uma área de 3.792,998 Km² e uma população estimada de 87.226 habitantes, tendo está aumentado com relação ao ano de 2010 em 8.652 habitantes.

O município de Cacoal encontra-se a 470 Km da capital Porto Velho, fazendo divisa com o estado do Mato Grosso e os municípios de Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza, Presidente e Castanheiras. A cidade com clima característico da região norte, quente e úmido, é rico em recursos naturais como rios, solo fértil e vasta diversidade de vegetação (KEMPER, 2006). A presença das IES no município de Cacoal e a diversidade nos cursos ofertados, faz com que muitos alunos se desloquem das cidades vizinhas todos os dias para estudar.

Conforme a Figura 2, que segue, resultados divulgados pelo censo realizado no ano 2010 apontam baseando-se em amostra, o município de Cacoal como a terceira cidade com maior número de pessoas frequentando a graduação superior com um total de 3.823 pessoas, sendo a segunda maior em quantidade de pessoas em IES particulares com 3.105 pessoas e a quarta em IES públicas com 718 pessoas. A mesma Figura expõe os cinco municípios que mais possui pessoas frequentado IES no estado de Rondônia, tanto em IES privadas, quanto públicas (IBGE, 2016).

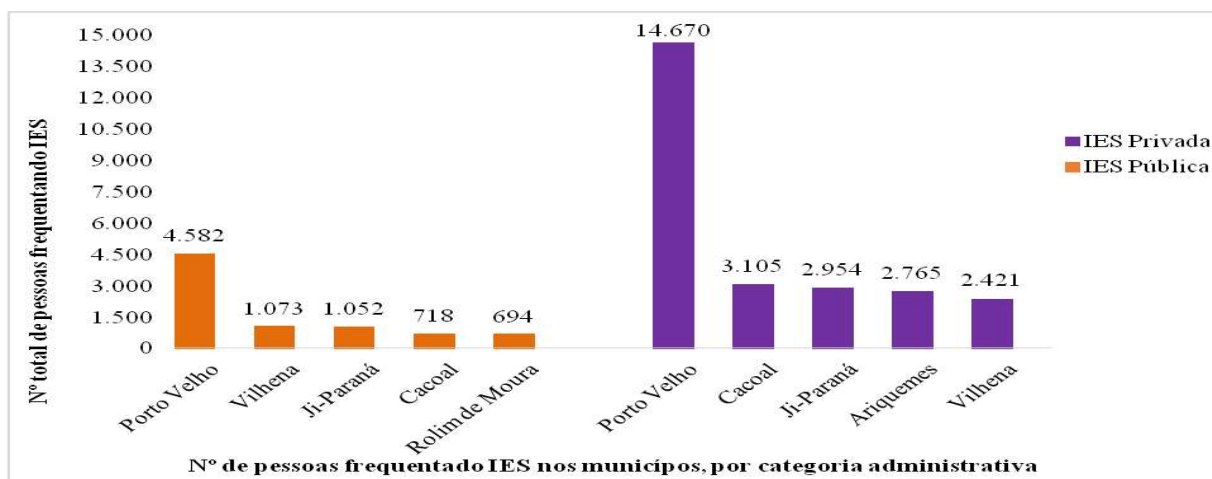


Figura 2- Posição do município de Cacoal de acordo com o levantamento do censo realizado no ano de 2010

Fonte: IBGE (2016).

Segundo Kemper (2006), a relação do Ensino superior com o município de Cacoal se deu com a primeira turma de formandos do curso de Licenciatura de 1º Grau em Letras, posteriormente, a construção da Faculdade de Educação de Cacoal- FEC (1985), atual Faculdade Integrada de Cacoal-UNESC, a implantação de cursos pela Universidade Federal de Rondônia (1989), e a Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal- FACIMED (2002), ambas Faculdades particulares.

A presença das IES no município de Cacoal e a diversidade nos cursos ofertados faz com que muitos alunos se desloquem de cidades vizinhas todos os dias para estudar. Tauchen e Brandli (2006), afirmam que as IES assumem perante a sociedade o papel de ensinar, preparar e informar seus alunos, sendo parte diretamente envolvida na promoção da sustentabilidade.

Essas instituições além de realizar práticas sustentáveis sempre estão engajadas na conscientização de seus colaboradores. Para Jacobi (2003), a educação ambiental deve ser constante e abranger todo o tipo de conhecimento.

A expansão do município de Cacoal tem proporcionado meios para abertura tanto de IES, quanto de outros empreendimentos, propiciando geração de riquezas, desenvolvimento econômico, social e sustentável para os cidadãos cacoalenses. No estado de Rondônia estão cadastradas junto ao Ministério da Educação IES de 21 municípios, dos quais, 18 contam com IES de ensino à distância e 13 de ensino presencial. Cacoal, em se tratando das IES presenciais, possui 5 instituições e um Instituto Federal (PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO -MEC, 2016).

A Figura 3 apresenta a listagem das IES presenciais do município de Cacoal-RO, assim como a categoria administrativa a qual cada uma pertence e sua respectiva organização acadêmica.

IES	Categoria Administrativa	Organização Acadêmica
Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Pública	Universidade
Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED)	Privada	Faculdade
Faculdade Santo Andre (FASA)	Privada	Faculdade
Faculdades Integradas de Cacoal (UNESC)	Privada	Faculdade
Instituição de Ensino SUPERIOR de Cacoal (FANORTE CACOAL)	Privada	Instituição
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)	Pública	Centro Universitário

Figura 3- Listagem das IES presenciais do município de Cacoal-RO

Fonte: Portal do Ministério da Educação (2016).

De acordo com o Portal do Ministério da Educação – MEC (2016), para que essas IES possam atuar em determinado local, nesse caso no município de Cacoal, as mesmas necessitam de uma concessão do Ministério da Educação, excetuando as universidades e centros universitários, visto que possuem autossuficiência, não carecendo de autorização para funcionamento de curso superior. No entanto, apesar de não precisar de autorização, as IES devem informar ao órgão a quem é de competência os cursos em funcionamento.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem o caráter exploratório e descritivo, pois busca levantar informações para melhor verificação e compreensão do problema apresentado, averiguando e comparando os conceitos apresentados com a realidade das IES presenciais do município de Cacoal/RO. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória tem o intento de proporcionar maior conhecimento sobre o problema, aperfeiçoando as ideias, com seu planejamento adaptável, de modo que viabilize o assunto estudado, assumindo a forma de pesquisa bibliográfica ou entrevista. Kauark; Manhães; Medeiros (2010) e Gil (2008) concordam ao dizer que a pesquisa descritiva delinea as características de um grupo de indivíduos ou fenômeno. Segundo Prodanov e Freitas (2013), na pesquisa descritiva o pesquisador observa, registra, analisa e confronta fatos e fenômenos sem modificá-los, além de se utilizar questionários.

Dentre os muitos métodos existentes para se obter resultado nas pesquisas científicas, utilizou-se o método dedutivo, uma vez que esse método se apresenta a partir de um fato geral, visando suas particularidades. Parte de convicções aceitas como verdades incontestáveis e permite chegar à conclusão da afirmativa (GIL, 2008). Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.51).

Adotou-se a abordagem qualitativa, pois busca a verificação e identificação de dados não mensuráveis, tendo como um de seus objetivos a contribuição das IES para a prática sustentável no município de Cacoal/RO. De acordo com Kauark; Manhães; Medeiros (2010), a pesquisa qualitativa interpreta os fenômenos e atribui significados, nessa pesquisa não é necessária a utilização de métodos e técnicas estatísticas. Para alcançar os objetivos propostos, contou-se com instrumentos de coletas de dados, estes são elementos indispensáveis.

Para esta pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica com leitura de livros, artigos, dissertações e teses, todos estes disponíveis na internet e na biblioteca da universidade, com o objetivo de conceituar os assuntos referentes a práticas sustentáveis em IES, como as instituições de ensino superior, legislação ambiental, sustentabilidade entre outros e, documental com a averiguação em projetos, regulamentos institucionalizados dentre outros, além do estudo de campo sendo aplicado o formulário.

3.1 COLETA DE DADOS

A pesquisa de campo ocorreu mediante entrevista com apoio de formulários pré-elaborados aplicados aos gestores de instituições de ensino superior presenciais do município de Cacoal/RO, no mês de outubro de 2016 no local previamente agendado. “O formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado” (LAKATOS; MARCONI, 2008, p. 100). A listagem das IES presenciais do município selecionadas para a pesquisa, foi realizada por meio de uma consulta junto ao e-MEC, direcionado pelo site do Portal do Ministério da Educação (MEC) e na análise e discussão as mesmas serão identificadas e caracterizadas como instituição A, B, C, e D, sendo essa denominação escolhida de maneira aleatória.

Em uma das IES, não foi possível realizar nenhuma entrevista, considerando que no agendamento a informação sempre foi de indisponibilidade para responder ao formulário. Das seis IES elencadas, verificou-se que uma, apesar de constar cadastrada no MEC como atuando no município de Cacoal, quando realizada a pesquisa *in loco*, apurou-se que a mesma não estava mais em funcionamento no município. Desta forma, dos seis gestores a serem entrevistados, somente quatro se dispuseram a responder à entrevista.

Os dados foram verificados, interpretados e confrontados, utilizando-se figuras com o auxílio de recursos do Microsoft Word. O processo de análise e interpretação de dados procura satisfazer aos objetivos da pesquisa, verificando e confrontando informações a partir das evidências observadas (PRODANOV; FREITAS, 2013).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta sessão serão evidenciados os resultados dos dados coletados na pesquisa de campo, a qual foi aplicada junto às IES do município de Cacoal por meio de entrevistas com

os gestores, onde foi possível conseguir informações necessárias para explanar sobre a problemática levantada neste estudo, tais como as práticas sustentáveis e sociais com retorno econômico ou não, além da promoção do desenvolvimento sustentável por meio de uma gestão sustentável.

A primeira questão abordada com os gestores refere-se ao tempo de atuação na função de gestor nas IES estudadas. O tempo na função de gestor varia entre 1 ano e oito meses a 4 anos. Isso evidencia que todos os gestores são conhecedores de todas as práticas realizadas na instituição e estão aptos a responderem pela instituição da qual estão à frente.

Foi questionado aos gestores se a IES realiza alguma prática voltada para a sustentabilidade, ao que todas informaram realizar alguma prática sustentável. A IES A afirmou que o fato da educação ambiental está inserida de forma transversal em todos os currículos de seus cursos, é uma prática sustentável e a IES B, disse praticar o reaproveitamento de papel A4 como rascunho e ter adotado por lâmpadas de LED em suas dependências, além de ter adotado hábitos sustentáveis como a utilização dos ar-condicionado, deixando-os ligados somente no momento do uso e cada funcionário utilizar sua própria garrafa para beber água.

A IES C disse que ultimamente tem sido adotado o sistema de comunicação via correio eletrônico, o que acarreta menor consumo de papel, etc. e vem sendo realizado o levantamento ambiental pela engenharia de segurança do trabalho. A IES D, também disse realizar ações sustentáveis e desenvolver projetos entre seus acadêmicos, para motivar essas práticas.

Enlizador (2010) salienta que exercer práticas sustentáveis é o primeiro passo para se conseguir viver bem e que ações simples podem sim fazer a diferença no ambiente do qual se está inserido, são essas atitudes individuais que repercutem na totalidade.

Na sequência, questionou-se sobre os impactos observados pela presença ou falta dessas práticas dentro da instituição, para a IES A, as práticas se constituem em aspectos fundamentais para a formação dos futuros egressos no âmbito de suas áreas profissionais, enquanto, as IES B e D, dizem que o impacto mais significativo foi o financeiro. A IES D alega que nos primeiros meses, quando começou a se ter atitudes sustentáveis, houve uma economia de \$ 5.000,00 reais na conta de energia. E a IES C relatou que a falta de um plano sistematizado acarreta desperdício de energia, água, papel, etc.

Arruda e Quelhas (2010), afirmam que há muito o que se discutir sobre práticas sustentáveis nos negócios, tendo em vista que a diversidade na sociedade pode exercer influência direta na vida de cada pessoa e no ambiente do qual fazem parte.

Questionou-se aos gestores quanto ao desenvolvimento de projetos voltados ao meio ambiente ou para a comunidade, a IES A, disse promover projetos e eventos voltados a comunidade e a IES C informou que o Centro de Estudos de Ciências Sociais Aplicadas - CECISA desenvolve projetos na área, enquanto as IES B e D disseram não promover nenhum projeto.

Observou-se quando os gestores respondiam ao questionamento que, ao desenvolverem tais projetos e eventos as instituições intencionavam não tão somente a presença da comunidade, mas sim sua interação por meio de sugestões que pudessem contribuir de alguma forma para o enriquecimento de ambos.

Outro ponto abordado com os empresários foi se eles, enquanto a frente da IES, possuem algum interesse em promover o Desenvolvimento Sustentável, todos foram unânimes ao dizerem que sim. A Figura 4 apresenta as ponderações dos gestores sobre a indagação.

IES	Justificativa
A	Pratica-se tanto no âmbito interno e externo o desenvolvimento sustentável através de ações micro o macro, desde orientações aos colaboradores até palestras e projetos para a comunidade.
B	Há o interesse em ampliar as formas de atuação de maneira sustentável.
C	Há o interesse, pois, melhora a eficiência nos processos de trabalho, reduz erros e várias despesas. Agilidade na comunicação, e solução de problemas também reduz gastos, etc.
D	O sucesso de projetos anteriores tem servido de motivação para promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Figura 4- Interesse dos gestores na promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Assim, conforme a Figura 4, observou-se que todos os gestores além de interessados na promoção do Desenvolvimento Sustentável, já a realiza há algum tempo. Jacobi (2003), garante que o interesse na promoção do Desenvolvimento Sustentável gera expectativas de transformação sem comprometer o meio socioambiental.

O questionamento seguinte refere-se as recomendações passadas aos funcionários da instituição para a prática de ações sustentáveis, a IES A respondeu que existe algumas ações de orientação ao uso dos recursos e que um de seus cursos promoveu em algumas ações orientação na economia de energia. A IES B relatou recomendar a economia de energia, o uso de papel reciclado e o uso de garrafas para água e a IES C disse que há essas recomendações pelos motivos mencionados na questão anterior.

Já a IES D, disse ter inserido essas recomendações por meio de seus projetos, envolvendo toda a comunidade acadêmica, a partir de então, recomendou-se economizar energia e água, com a disponibilização de canecas por toda a instituição. Quanto ao uso de

papel reciclado, o gestor disse ser inviável financeiramente, pois uma resma da folha de papel A4 reciclado custa quase o triplo se comparada a folha comum.

Tauchen e Brandli (2006) relatam que ao abraçar a responsabilidade de promover o desenvolvimento sustentável perante a sociedade, as IES devem além de realizar práticas sustentáveis, engajar todos os que fazem parte do seu ambiente interno.

Na sequência, foi questionado se as instituições possuíam alguma área de proteção ambiental ou se enquadravam em alguma obrigação ambiental, a IES A relatou possuir área de preservação e se enquadrar em obrigação ambiental e a IES C disse não possuir nada registrado, no entanto tem-se uma área de mata nativa que é preservada pela mesma, disse ainda, que o local em que se encontra a instituição foi desmembrado da zona rural e que pertence desde 2014 ao Incra. A IES D afirmou ter posse de um Plano de Proteção Ambiental - PPA, onde se encontra as nascentes e mananciais da instituição e a IES B disse não possuir e nem se enquadrar em nenhuma das situações.

Conforme os incisos III e IV respectivamente do Art. 2º da Lei 6.938 (BRASIL, 1981), deve-se haver planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais e proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.

Perguntou-se aos gestores se existe alguma parceria entre instituição e município quanto ao Desenvolvimento Sustentável, a IES A e C foram as únicas a dizerem que sim. A IES A relatou que já promoveu junto ao município diversas ações de desenvolvimento sustentável, como orientações, visita técnica, programas e projetos de sustentabilidade e a IES C informou que ocorre a inserção de servidores nos Conselhos: Agrário; Meio Ambiente e outros visam também discussão dessa natureza.

Então, indagou-se se as IES já foram procuradas por algum órgão ou Secretaria para desenvolver projetos de cunho ambiental em parceria. A IES A disse que os acadêmicos de alguns de seus cursos já promoveram ações em conjunto com algumas secretarias do município, como visitas técnicas, palestras, capacitações e coleta de dados. O gestor da IES D mencionou que a instituição não foi procurada, mas já procurou por parcerias na Eletrobrás e Secretaria de Meio Ambiente do município, porém o único retorno por parte dos órgãos procurados foi de cunho pessoal, de relações pessoais mantidas entre alguns funcionários desses órgãos e o mesmo. Já o gestor da IES B relatou que a instituição não foi procurada e também não procurou por parcerias e a IES C disse que a procura ocorre pelo CECISA.

Almeida (2000, p. 96) afirma que, “para as empresas e entidades almejam estabelecer parcerias de resultados, as mesmas devem buscar aplicadamente oportunidades de cooperação que tragam resultados reais, concretos e mensuráveis, para todos os envolvidos na parceria”.

No entanto, o autor também admite que essas parcerias quando firmadas para autopromoção, podem ocasionar o descrédito e o desgaste dos envolvidos.

Quando questionados se a IES utiliza questões Socioambientais como parâmetro para definição de Planejamento Estratégico e até que ponto essas questões influenciam na tomada de decisão, os gestores divergiram em suas considerações como pode ser observado na Figura 5 a seguir:

IES	Resposta	Justificativa
A	Sim	Um exemplo prático é o programa de orçamento onde tem custos previstos para ações socioambientais e realiza-se análise para racionalização de recursos influenciando diretamente na tomada de decisões.
B	Não	Apesar de não utilizar como parâmetro, mas sempre que possível a instituição procura atender a essas questões.
C	Sim	Não respondeu quanto a influência na tomada de decisão.
D	Não	Já está previsto para o próximo orçamento, referente ao ano de 2017.

Figura 5- Resposta sobre a utilização de questões Socioambientais como parâmetro para definição de Planejamento Estratégico e tomada de decisão.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Nota-se de acordo com a Figura 5, que uma instituição utiliza questões Socioambientais como parâmetro para definição de Planejamento Estratégico e/ou para tomada de decisão, percebe-se ainda, que de alguma forma questões como essas já fazem parte da vida dessas IES, seja para não ser indiferente ao que acontece, seja para utilizar em um futuro próximo. Para Benites e Polo (2013) o processo deliberatório de uma empresa se baseia na temática socioambiental quando é colocada questão sustentável no centro.

Na sequência, foi questionado se as instituições tinham a preocupação em adquirir produtos de origem sustentável e quais as principais dificuldades encontradas para a compra de tais produtos, as instituições foram unânimes ao dizer que existe a preocupação em se adquirir produtos dessa natureza, porém divergiram quanto as dificuldades encontradas.

O gestor da IES A afirmou que a maior dificuldade está diante da localização regional, havendo dificuldade no fornecimento de produtos que tenha políticas socioambientais e as IES B e D assemelharam dizendo que a dificuldade se encontra principalmente na acessibilidade dos preços, uma vez que, os produtos de origem sustentável chegam a ser mais caros que os produtos convencionais. Já IES C, disse que apesar do setor de compras está centralizado em outra cidade, há recomendação para que se compre produtos de origem sustentável.

Rattner (1999) afirma que a busca por produtos de origem sustentável, devido a necessidade de preservação do meio ambiente, estimula o surgimento de novas empresas que

ofereçam tais produtos. Daniel (2014), acrescenta dizendo que as pessoas na totalidade, estão aderindo ao consumo desses produtos e por isso, além do surgimento de novas empresas, as já existente também estão se reinventando, seja pela adesão de produtos sustentáveis, seja ressarcindo o meio ambiente.

Questionou-se sobre quais os relatórios publicados pela IES para divulgar seu desempenho social, ambiental, econômico e se eles eram de fácil acesso a comunidade, ou ainda, qual o interesse em torna-los transparentes. O gestor da IES A afirmou as ações realizadas pela instituição, são divulgadas no site institucional e nas mídias sociais e garantiu existir diversas razões para torná-las públicas, pois a missão da instituição é “formar profissionais e cidadãos livres e conscientes que visam desenvolver seus projetos de vida, de forma participativa, responsável, crítica e criativa, e que desenvolvam, construam e apliquem o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade” logo deve haver a conscientização da importância da preocupação social, ambiental e econômica.

Foi relatado pelo gestor da IES B, a participação em diversos eventos de cunho social no município, no entanto, os de ordem ambiental são poucos. Quanto a divulgação, a mesma se dá por meio do site institucional e em jornais locais. A IES C, também disse que seus relatórios são comumente divulgados no site institucional. Na IES D foi informado que são feitos relatório somente para divulgação interna, para alunos e servidores, o gestor alega não ter visto a necessidade na divulgação desses relatórios para a comunidade, uma vez que os projetos desenvolvidos, foram desenvolvidos internamente.

Uma empresa que tem a preocupação em ser correta perante a sociedade, age de forma clara, expondo todas as informações necessárias a quem de interesse for. Essas empresas prestam contas de suas ações e apresentam soluções para os problemas detectados (DANIEL, 2014).

Como em algum momento da entrevista os gestores disseram estar disponibilizado informações sobre o desempenho social, ambiental e econômico nos sites das instituições, foi averiguado junto a esses sites e de fato lá estão expostas divulgações de eventos e projetos, no entanto, o que tange a valores e índices de desempenho, apenas as IES C e D estão de acordo e os sites das demais instituições estão em falta com quem os acessa.

Indagou-se se as IES realizam ou já realizaram estudos de impacto ambiental para mensurar possíveis danos causados por suas atividades, o diretor da IES A declarou que não, uma vez que se atende a todas as normas legislativas. Já o gestor da IES B relatou ter havido a necessidade de tais estudos, devido aos projetos de construção e ampliação estrutural da

instituição. A IES C disse que foi realizado tal estudo, no entanto, desconhece os detalhes e o gestor da IES D disse não ter realizado até o momento esses estudos.

Entre as respostas dos gestores da IES A e D observou-se dois opostos, de um lado joga-se que por atender todas as normas legislativas não haver a necessidade de realizar estudos de impacto, que podem ser ocasionados por diversos motivos e por outro lado realizou-se tais estudos, mas por necessidades específicas.

Almeida (2000) esclarece que os estudos ambientais podem ser realizados para se conseguir uma licença ambiental, para ficar em conformidade com a legislação nos casos em que se possui áreas de proteção ambiental e como forma de controle aos danos ao meio ambiente.

Outro ponto questionado foi se as IES sofrem alguma cobrança por parte da comunidade ou de seus acadêmicos na questão socioambiental, a IES C disse desconhecer se existe tal cobrança e as IES A, B e D, foram enfáticos ao dizerem que não, o gestor da IES A ainda argumentou exclamando que não ocorre cobranças pelo fato da instituição estar constantemente envolvida em ações sociais. De acordo com Jacobi (2013), a questão socioambiental precisa do envolvimento da população, ou seja, requer que haja cobrança, participação e fiscalização.

Foi questionado se as IES estão empenhadas em gerir os negócios de forma sustentável e favorável ao meio ambiente e de que forma ocorre esse gerenciamento, na IES A foi respondido que sim, com ações de racionalização, orientação, capacitação da utilização dos recursos, ações voltadas para os acadêmicos e sociedade. A IES B disse que sim, ampliando as formas de sustentabilidade e criando projetos sociais e ambientais. Já para a IES C, nos cursos *stricto sensu*, ocorre por meio dos das pesquisas, bem como das ações da engenharia de segurança do trabalho e grupos de pesquisa e para a IES D essa sempre foi uma preocupação muito presente na instituição, desde a implantação de um de seus cursos onde se discutia muito sobre o assunto e no mais, com o tempo foram entrando novos funcionários que também foram introduzindo novas ideias.

De acordo Munck e Souza (2009), o desejo das empresas em contribuírem para uma sociedade melhor é o que rege uma administração sustentável. Para os autores esse modelo de gestão possibilita desenvolver ações voltadas para a sociedade e o meio ambiente, além de permitir um possível retorno financeiro.

Outro ponto abordado foi se existe o interesse em novas formas de melhoria e de desempenho na instituição e quais seriam, todos afirmaram que sim. O gestor da IES A relatou que está em continuar expandindo a instituição, logo que a mesma está

constantemente se atualizando e investindo em conhecimento e estrutura. O gestor da IES B afirmou que o interesse existe para quaisquer formas de melhoria que possibilite a junção de preservação do meio ambiente com as atividades educacionais e de redução de custos e o gestor da IES C disse que há o interesse, mas que muita coisa melhoraria se os profissionais pensassem mais institucionalmente e menos “individualmente”. No entanto, o gestor da IES D contou que apesar do interesse, devido ao corte no orçamento teve-se de realizar algumas supressões e a revisão de alguns contratos, dificultando novas formas de melhorias.

Percebe-se que as empresas estão adquirindo juntamente com seu interesse de expandir, a consciência sustentável, mas que apesar da aspiração nem sempre é possível financeiramente.

Indagou-se de que maneira é levado em conta as opiniões da população local no processo de tomada de decisões que podem ter algum impacto no meio ambiente. Como resposta o gestor da IES A disse atender todos os requisitos legais e realizar pesquisas de mercado e avaliações para compreender a opinião da população, uma vez que eles são clientes direta ou indiretamente. Sendo assim a opinião da população pede extrema relevância para a instituição e influencia na tomada de decisão. O gestor da IES B relatou disponibilizar espaço para a opinião da população por meio da CPA -Comissão Própria de Avaliação da Instituição, que contém um membro da comunidade. No entanto, o impacto ao meio não tem sido abordado de forma ampla pela comunidade no contexto da instituição.

O gestor da IES C afirmou que toda pesquisa feita com a comunidade externa preza pela ética e respeita a opinião do respondente e que acredita na falta de um maior retorno e busca de parcerias de cunho social. Quanto a IES D, o gestor respondeu que todas as decisões a serem tomadas relacionadas a instituição, são decididas em conjunto com os servidores, onde os mesmos podem opinar e realizar sugestões de melhorias.

De acordo com o abordado por alguns autores, podendo ser mencionado Rattner (1999) e Daniel (2014), a cobrança da sociedade referente ao meio ambiente podem ter grandes efeitos, uma vez que se a poluição exige produtos sustentáveis ou prestação de serviço por uma empresa sustentável, essa empresa terá a preocupação de ser sustentável e seus gestores também procurarão gerir de maneira sustentável.

Outro ponto foi sobre qual a compreensão em relação as opiniões e pontos de vista dos clientes sobre as questões ambientais. De acordo com o gestor da IES A infelizmente não existe uma preocupação em massa sobre as questões ambientais, entretanto a instituição se preocupa em promover discussões e projetos para fomentar as questões socioambientais. No caso da IES B, os clientes não demonstram ou expressam opiniões quanto ao assunto. A IES

C disse que os estudos vêm mostrando que as empresas ainda priorizam as ações de cunho econômico, ficando o social e ambiental mais para cumprimento da legislação. E na IES D afirmou-se haver total absorção das opiniões que chegam até a instituição e que sempre de alguma forma procura-se aproveitar as sugestões que chegam até a direção.

Na sequência, foi questionado de que forma o desempenho ambiental da instituição tem impacto nos negócios. O gestor da IES A afirmou que a instituição enquanto formadora de profissionais e cidadãos, precisa estar atenta ao desenvolvimento de forma geral, logo o desempenho ambiental da instituição tem impacto nos negócios, pois todas as ações relacionadas a recursos são analisadas e afetam direta e indiretamente nos negócios. Para a IES B os impactos nos negócios ocorrem especialmente na redução de custos do empreendimento. Já para a IES C a falta de um plano de sustentabilidade faz com que haja gastos a mais e para a IES D disse não haver nenhum tipo de impacto.

Questionou-se aos gestores se as instituições possuíam algum plano por escrito, especificando metas e ações para reduzir o consumo de energia, as IES A e D alegaram existir, contudo a IES A não quis disponibilizar tal plano e na IES D não foi possível o acesso devido a pessoal responsável estar viajando e não retornar em tempo hábil para a entrega deste trabalho e as IES B e C não respondeu. Jacobi (2003) afirma que a questão sustentável deve ser respaldada por meio de planejamentos, de maneira que estabeleça ações e previna as repercussões.

Foi questionado também se as instituições procuram fazer uso de fontes de energia renováveis (solar, eólica, biocombustíveis), a IES A foi a única a responder que utiliza o biocombustível como energia renovável. A IES B alegou ainda não fazer uso dessa fonte de energia, mas que está construindo uma estrutura para geração da mesma e as C e D responderam não fazer uso de fontes de energia renováveis.

Para Munck e Souza (2009) e Benites e Polo (2013), os investimentos realizados pelas empresas relativos ao meio ambiente podem gerar benefícios futuros, visto que, dependendo do investimento pode-se obter tanto o ganho financeiro pela economia quanto venda de produtos e/ou prestação de serviço.

Na sequência, questionou-se sobre quais inovações foram implementadas pela empresa nos últimos anos, com a finalidade de promover a sustentabilidade. O gestor da IES A relatou campanhas de utilização de recursos de forma consciente, implantação de sensores de presença que acionam as luzes, evitando o desperdício de energia, troca e manutenção constante dos aparelhos de ar condicionado, substituição das lâmpadas. Já o gestor da IES B reiterou como inovação todas as práticas mencionadas no início da entrevista e garantiu que a

instituição tem propiciado para que suas construções possam ter o mínimo de impacto ambiental possível e o gestor da IES C não respondeu.

A IES D também repetiu todas as práticas já mencionadas anteriormente e explanou sobre seu novo projeto, que se encontra em fase de conclusão, intitulado “Viver Sustentável” que após sua implantação o lixo será recolhido pelos catadores da cooperativa de catadores do município e não mais por empresas terceirizadas do município como acontece atualmente. Nesse projeto a instituição disponibiliza um galpão para o armazenamento do lixo que os alunos e servidores separaram por meio das lixeiras de coleta seletiva que a instituição também fornecera, cabendo a cooperativa somente o recolhimento do lixo separado.

Oliveira *et al* (2012) relata que os acontecimentos no cotidiano das empresas resultam em influências da sociedade e assim requer maior investimento por parte das empresas. Por esse motivo, os investimentos aplicados nas questões sustentáveis são insuficientes.

A resposta da pergunta anterior responde ao mesmo tempo o próximo questionamento que foi sobre quem são os responsáveis pela coleta de dentro da empresa até o destino final do lixo, onde a IES A respondeu que esse trajeto é realizado por funcionários e as IES B e C informaram que esse processo se dá por meio de empresas terceirizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa consistiu em apontar quais os procedimentos das IES presenciais do município de Cacoal - RO comprovam as ações praticadas voltadas a Sustentabilidade.

De acordo com a pesquisa as instituições que possuem alguma área de proteção ambiental ou se enquadravam em alguma obrigação ambiental preocupam-se em estar em conformidade com a legislação. Contudo, não pode ser afirmado que as IES estão em conformidade com a legislação, uma vez que não foi possível constatar tais informações por meio de documentos.

Foi averiguado que não há uma cobrança da comunidade local para questões envolvendo o tema. Notou-se também que o município tem se envolvido pouco nessas práticas e que os órgãos municipais e as secretarias precisam ser procurados pelas instituições quando há algum interesse em desenvolver algum projeto voltado para sustentabilidade.

Percebe-se que o investimento das instituições em uma gestão sustentável é algo recente, exceto aquelas com maior tempo de formação, e que apesar delas terem práticas sustentáveis, não pode ser dito que as mesmas exercem o desenvolvimento sustentável, mas

isso pode variar de acordo com cada interpretação. De acordo com entrevista na IES A, poderia ser dito na concepção de alguns autores que a instituição desempenha o desenvolvimento sustentável, pois diferentemente das outras IES entrevistadas que possuem apenas uma ou duas das dimensões do tripé da sustentabilidade, essa instituição tem projetos tanto para o social quanto para o ambiental e ainda consegue obter retorno econômico. No entanto, na interpretação de outros autores, não seria possível fazer essa afirmação uma vez que eles dizem que além de possuir essas três dimensões deve-se possuir o equilíbrio das mesmas e essa instituição possui todas as dimensões, porém não de maneira equivalente.

Voltando-se para as práticas de sustentabilidade desenvolvidas dentro das instituições, é notório que a muito o que ser feito, pois as atuais práticas são simples perto do que pode ser feito pelo meio ambiente como um todo. Dentre as instituições, foi observado que as práticas desenvolvidas na IES D foi a que causou maior mobilização no ambiente acadêmico, visto que foram extintos todos os copos descartáveis, inclusive para os visitantes, e que a ação de um simples desligar de tomada se tornou algo natural e não uma necessidade de policiamento igual nas outras instituições.

Quanto as IES atenderem ao TBL, nota-se que as mesmas não executam tal modelo de gestão, visto que esse modelo de gestão é alicerçado no desenvolvimento sustentável, que por sua vez baseia-se nas três dimensões da sustentabilidade. Percebeu-se que gerir respaldando-se no TBL é algo recente para a realidade das instituições.

Conclui-se, portanto, que o trabalho atendeu ao objetivo proposto e, a partir das contribuições dessa pesquisa, verifica-se que o assunto não se esgota e outros trabalhos podem ser aplicados, no sentido de alertar instituições sobre os prejuízos causados ao meio ambiente com a falta de ações e gestão sustentáveis, e que as instituições possam começar a transparecer suas ações para comunidade sem a necessidade de cobranças. Sugere-se para futuros trabalhos, realizar uma pesquisa em todas as instituições do município, tanto presencial quanto as de Ensino a Distância, voltando-se somente para a gestão sustentável das instituições.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 191p.

ARRUDA, Luis; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. **Sustentabilidade**: um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e o meio

ambiente. Rio de Janeiro. v. 36, n.3. 2010. Disponível em:
<<http://www.senac.br/bts/363/artigo6.pdf>> Acesso em: 06 fev. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Introdução à **ABNT NBR ISO 14001:2015**, Rio de Janeiro; São Paulo, 2015. Disponível em: <www.abnt.org.br/.../146-abnt-nbr-iso-14001?download=396...a...nbr...> Acesso em: 29 jan. 2016.

ÁVILA, Lucas Veiga; MADRUGA, Lúcia Rejane da Rosa Gama; BEURON, Thiago Antônio. Planejamento e Sustentabilidade: O caso das Instituições Federais de Ensino Superior. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**. Vol. 5, n. 1. 2016. Disponível em: <<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/218>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

BARBIERI, José Carlos. Avaliação de Impacto Ambiental na Legislação Brasileira. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p.78-85, 1995. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901995000200010.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade um levantamento dos principais sistemas de avaliação**. 2004. Disponível em <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

BENITES, Lira Luz Lazaro; POLO, Edison Fernandes. A Sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: Governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. **Revista de Administração da UFSM**. Santa Maria, v. 6, Edição Especial, p. 195-210, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/8879/pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

BENITEZ, Ivo. **Legislação Ambiental Federal e de Rondônia**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Velho. 2002.

BOFF, Marines Lúcia; ORO, Ieda Margarete; BEUREN, Ilse Maria. Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior na Visão de seus Dirigentes. **Revista de Contabilidade da UFBA**. Salvador-BA, v. 2, n. 1. p. 4 - 13, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/2589>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

BRANDLI, Luciana Londero *et al.* Indicadores de Sustentabilidade Ambiental da Universidade de Passo Fundo. **Revista CIATEC – UPF**, vol.3, n.1, p.22-35, 2011. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ciatec/article/view/2188/1419>> Acesso em: 20 jul. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 35.ed. Brasília: Senado, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 27 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 25 jan. 2016.

BRASIL. **Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm>. Acesso em: 25 jan. 2016.

CAPELLI, Silvia. A ação civil pública ambiental: a experiência brasileira, análise de jurisprudência. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, ano 9, n. 33, 2004. p. 173-198. Disponível em: <http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=item-global&doc_library=SEN01&doc_number=000502415>. Acesso em: 15 mai. 2016.

CARNEIRO, Breno Pádua Brandão; NOVAES, Ivan Luiz. Regulação do ensino superior o contexto da contemporaneidade. In: NASCIMENTO, Antonio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria (Orgs.). **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 63-90. Disponível em: <<http://books.scielo.org>> Acesso em: 13 mar. 2016.

CARVALHO, E.K.M.A *et al.* Metodologia para Avaliar a Sustentabilidade Ambiental de Municípios Utilizando Análise Multicritério. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. v. 1, n. 1, p.18-34, Mai-Ago/2011. Disponível em <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação superior: conceitos, definições e classificações**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select...co...>. Acesso em: 27 fev. 2016.

CHAVES, Leonardo Corrêa *et al.* **Gestão ambiental e sustentabilidade em instituições de ensino superior: construção de conhecimento sobre o tema**. 2013. Disponível em <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

COSTA, Marvile Palis; ALMEIDA, Maria Olívia Duarte Batistuta e; FREITAS, Terezinha Silva. **Ensino, pesquisa e extensão: compromisso social das Universidades**. 2010. Disponível em <http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/tcc_teresinha.pdf>. Acesso em 2 fev. 2016.

CUZZUOL, Vera; FERREIRA, Nadja Valéria dos Santos, MANÉIA, Arismar. A perspectiva da responsabilidade socioambiental nas instituições de Ensino Superior. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. v. 7, nº 7, p. 1527-1539, 2012. Disponível em: <http://link.periodicos.capes.gov.br/sfxlcl41?url_ver=Z39.88-2004&url_ctx_fmt=fi/fmt:kev:mtx:ctx&ctx_enc=info:ofi/enc:UTF-8&ctx_ver=Z39.88-

2004&rfr_id=info:sid/sfxit.com:azlist&sfx.ignore_date_threshold=1&rft.object_id=267000000193905&svc.fulltext=yes> Acesso em: 20 jul. 2016.

CUZZUOL, Vera; FERREIRA, Nadja Valéria dos Santos, MANÉIA, Arismar. A perspectiva da responsabilidade socioambiental nas instituições de Ensino Superior. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. v. 7, nº 7, p. 1527-1539, 2012. Disponível em: <http://link.periodicos.capes.gov.br/sfxlcl41?url_ver=Z39.88-2004&url_ctx_fmt=fi/fmt:kev:mtx:ctx&ctx_enc=info:ofi/enc:UTF-8&ctx_ver=Z39.88-2004&rfr_id=info:sid/sfxit.com:azlist&sfx.ignore_date_threshold=1&rft.object_id=267000000193905&svc.fulltext=yes> Acesso em: 20 jul. 2016.

DANIEL, Rafael Henrique Martins Antonio. Sustentabilidade. O Ciclo do Sucesso: Responsabilidade Social, Econômica e Ambiental Como Vantagem Competitiva. **Revista de Ciências Gerenciais**. v. 18, n. 28, p. 114-120, 2014. Disponível em: <<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/view/2955>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

ENGELMAN, Raquel; GUISSO, Rubia Marcondes; FRACASSO, Edi Madalena. Ações de Gestão Ambiental nas Instituições de Ensino Superior: O que tem sido feito. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**. V.3, Nº.1, p. 22-33, 2009. Disponível em: <<https://www.revistargsa.org/rgsa/article/view/115/56>> Acesso em: 18 jul. 2016.

ENLAZADOR, Thomas (Org.). **Almanaque de Práticas Sustentáveis**. Recife: Edição Independente. 3. ed. 2010. Disponível em: <www.ifsp.edu.br/sustentavelalmanaquePraticasSustentaveis.pdf> Acesso em: 30 fev. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades @**. Site que traz informações sobre os municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 22 jun. 2016

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Revista Cadernos de Pesquisa**. n. 118, p. 189-205, março/ 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpn11816834.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KEMPER, Lourdes. **Cacão, sua história sua gente**. 2. ed. Goiânia: Grafopel, 2006

KRUGER, Silvana Dalmutt *et al.* Gestão ambiental em instituição de ensino superior: uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (a3p). **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p.44-62, 2011. Disponível em <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUCCA, Liane Marli Schäfer; GLOWACKI, Luciano André. A tutela ambiental e as tendências para a sua aplicabilidade na atualidade. In: **Revista Amazônia legal**, Cuiabá, v.2

n. 3 p. 75-91, 2008. Disponível em: <200.129.241.80/ppgda/arquivos/img-conteudo/files/Revista3.pdf> Acesso em: 29 jan. 2016.

LUIZ, Lilian Campagnin *et al.* Agenda ambiental na administração pública (a3p) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. **Revista Administração Pública e Gestão Social**. p. 54-62, 2013. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/441/272#.V8mVspgrLIU>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

MELO, Clair Kemer de; MARTINS, Janete Rosa. Dimensões da sustentabilidade. In: **Revista Amazônia legal**, Cuiabá, v.2 n. 3 p. 93-103, 2007. Disponível em: <200.129.241.80/ppgda/arquivos/img-conteudo/files/Revista3.pdf> Acesso em: 29 jan. 2016.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da Sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**. V. 7, n. 2, p. 49-59, 2009. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/links/revista-academica.php>> Acesso em: 30 fev. 2016.

MIRANDA, Liliane de Jesus Nascimento; SCHIER, Dirlei Afonso. A influência do ensino de história na educação infantil e formação do aluno. **Revista Educação em Foco**, 8. ed. 2016. Disponível em: <unifia.edu.br/revista.../revistas/educacao.../003_influencia_historia_educ_infantil.pdf> Acesso em: 10 abr. 2016.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G.M.; COSTA, H.S.M.; MONTE-MÓR, Roberto Luís. **Teorias e Práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: Ed. Com Arte, p. 55-69, 2015.

MUNCK, Luciano, SOUZA, Rafael Borim de. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Estratégia**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 185-202, maio/ago. 2009. Disponível em <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

OLIVEIRA, José Lopes de. Realidade Migratória em Rondônia- década de 90 e Perspectivas: Projetos de Colonização em Rondônia. In: **SIMPÓSIO MIGRAÇÃO EM RONDÔNIA**. Ji-Paraná: Ed. CEPAMI, 1998. P. 12- 21.

OLIVEIRA, Lucas Rebello de *et al.* Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Revista produção**. v. 22, n. 1, p. 70-82, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/prod/2011nahead/aop_0007_0245.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2016.

PAZ, Fábio Josende; LIANE, Mahlmann Kipper. Sustentabilidade nas organizações: vantagens e desafios. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, Ano 11, nº 2, p. 85-102, 2016. Disponível em: <<http://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/1403/724>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

PORTAL BRASIL. **Acordos globais**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO- MEC. **E-MEC: Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

PORTO, Claudio; RÉGNEIER, Karla. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025: Uma Abordagem Exploratória**. 2003. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. EBOOK. Disponível em <www.feevale.br/editora>. Acesso em: 12 fev. 2016.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade: uma visão humanista. **Revista Ambiente & Sociedade**, 1999. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31713413020>> Acesso em: 23 fev. 2016.

ROCHA, Stephanie Kalyinka; PFITSCHER, Elisete Dahmer; CARVALHO, Fernando Nitz de. Sustentabilidade Ambiental: Estudo em uma Instituição de Ensino Superior Pública Catarinense. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**. Vol. 4, n. 1. 2015. Disponível em: <<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/162/pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

SANTOS, Marilda Carneiro. Universidade Estadual de Feira de Santana: Trajetórias, desafios e proposições para a inclusão no ensino superior. In: MIRANDA, Theresinha; FILHO, Teófilo Alves Galvão (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 435-450. Disponível em: <www.planetaeducacao.com.br/portal/.../o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf> Acesso em: 13 mar. 2016.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 6º ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, Minelle Enéas da; CORRÊA, Ana Paula Machado. A prática responsável e as estruturas curriculares das Instituições de Ensino Superior do Recife/PE no curso de Administração sob a ótica da Educação para a Sustentabilidade. **Revista Administração: Ensino e Pesquisa**. Rio de Janeiro. v. 13, nº 1, p. 77-109, 2012. Disponível em: <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/99>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

SIQUEIRA, Moema Miranda de. O ensino superior e a universidade. **Revista RAE-eletrônica**. v. 4, n. 1, Art. 15, 2005. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=3572&Secao=DEBATE&Volume=4&Numero=1&Ano=2005>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

SOUZA, Janaina Nascimento Simões de; BENEVIDES, Rita de Cássia Alves. Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável e o comprometimento das Universidades/Faculdades do Município do Rio de Janeiro, RJ. **II Simpósio de Excelência**

em **Gestão e Tecnologia – SEGeT**. 2005. Disponível em:

<www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/343_artigo.pdf> Acesso em: 20 jul. 2016.

SOUZA, Paula de; PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Gestão e sustentabilidade ambiental: estudo em um órgão público do estado de Santa Catarina**. 2013. Disponível em

<<http://link.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. **A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário**. 2006. Disponível em

<www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/11>. Acesso em: 13 fev. 2016.

TOMÉ, Ivan Maia; BRESCIANI, Luís Paulo. Explicitação e Análise de Modelos de Sustentabilidade de Empresas de Gestão Ambiental baseados em MORPH. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. v.5, nº1, p. 21-38, 2015. Disponível em <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

UEHARA, Thiago Hector Kanashiro *et al.* Pesquisas em gestão ambiental: análise de sua evolução na Universidade de São Paulo. **Revista Ambiente & Sociedade**. Campinas v. 13, n. 1, p. 165-185, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n1/v13n1a11.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2016.

VALINHAS, Marcelo Macedo. **Processo de Licenciamento Ambiental como Acoplamento Estrutural entre os Sistemas de Gestão Ambiental Pública e Privada: Acompanhamento dos Impactos da Operação da Base do Parque de Tubos, Macaé-RJ**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Macaé, 2009. Disponível em <ppea.iff.edu.br/prod-cientifica/2009/Marcelo%20Macedo%20Valinhas.pdf/at.../file>. Acesso em: 15 jan. 2016.

VAZ, Caroline Rodrigues *et al.* Sistema de Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: Uma revisão. **Revista GEPROS: Gestão da Produção, Operações e Sistemas**. Ano 5, nº 3, p. 45-58, 2010. Disponível em: <<http://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/327/314>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

VIEGAS, Socorro de Fátima da Silva; CABRAL, Eugênia Rosa. **Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional**. Florianópolis, 2014. Disponível em <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

WARKEN, Ines Liani Menzel; HENN, Veridiana Jéssica; ROSA, Fabricia Silva da. Gestão da Sustentabilidade: UM Estudo sobre o nível de Sustentabilidade Socioambiental de uma Instituição Federal de Ensino Superior. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**. UNEB, Salvador, v. 4, n. 3, p. 147-166, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/740/669>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

WIENHAGE, Paulo *et al.* Responsabilidade social em Instituições de Ensino Superior: práticas adotadas para a gestão ambiental. **Revista Gestão Contemporânea**. Porto Alegre, ano 6, n. 6, p. 97-119, 2009. Disponível em: <<http://seer4.fapa.com.br/index.php/arquivo/article/view/9/5>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

WOLF, Simone. **Subsídios ao IV Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB: Diagnóstico sobre a Legislação Ambiental Brasileira.** MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Departamento de Conservação da Biodiversidade). 121p, 2009. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/legistacao_4_relatorio_cdb.p>.
Acesso em: 13 abr. 2016.

**APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS APLICADO AOS
GESTORES DAS IES.**



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Instituição de Ensino Superior: _____

Gestor: _____

Tempo na função: _____

1. A IES realiza alguma prática voltada para a sustentabilidade?

Se sim, qual? _____

Se não, porque? _____

2. Quais os impactos observados pela presença ou falta dessas práticas dentro da instituição?

3. A instituição desenvolve ou já desenvolveu algum projeto voltado ao meio ambiente ou para a comunidade? Caso referido projeto tenha resultado em algum reconhecimento ou retorno financeiro, gentileza especificar?

Sim ()

Qual? _____

Não ()

4. Enquanto a frente da IES, há algum interesse em promover o Desenvolvimento Sustentável? Há algum incentivo para sugestões ou iniciativas por parte da instituição?

Sim ()

Não ()

Se houver, relate qual: _____

5. Existe alguma recomendação aos funcionários da instituição para a pratica de ações sustentáveis (economia de energia, água, uso de papel reciclado, destinação correta do lixo)?

Sim ()

Qual? _____

Não ()

Se positivo, já possível dimensionar os resultados? _____

6. A instituição possui alguma área de proteção ambiental ou se enquadra em alguma obrigação ambiental?

Sim () Qual? _____

Não ()

7. Existe alguma parceria entre instituição e município quanto ao Desenvolvimento Sustentável?

Sim () Qual? _____

Não ()

8. A IES já foi procurada por algum órgão ou Secretaria para desenvolver projetos de cunho ambiental em parceria?

Sim () Qual? _____

Não ()

9. A IES utiliza questões Socioambientais como parâmetro para definição de Planejamento Estratégico? Se positivo, quais? Até que ponto essas questões influenciam na tomada de decisão? _____

10. A instituição tem a preocupação em adquirir produtos de origem sustentável? Quais as principais dificuldades encontradas para a compra de tais produtos?

11. Quais são os relatórios publicados pela IES para divulgar seu desempenho social, ambiental e econômico? São de fácil acesso a comunidade? Qual o interesse em torna-los transparentes? _____
- _____
12. A IES realiza ou já realizou estudos de impacto ambiental para mensurar possíveis danos causados por suas atividades?
- Sim () Não ()
- Se sim, qual o resultado? _____
- _____
13. A IES sofre alguma cobrança por parte da comunidade ou de seus acadêmicos na questão socioambiental?
- Sim () Qual? Com que frequência? _____
- _____
- _____
- Não ()
14. A IES está empenhada em gerir os negócios de forma sustentável e favorável ao meio ambiente? De que forma? _____
- _____
15. De que maneira é levado em conta as opiniões da população local no processo de tomada de decisões que podem ter algum impacto no meio ambiente?
- _____
- _____
16. Há o reconhecimento dos colaboradores que fazem um esforço adicional para melhorar o desempenho da instituição? Especifique. _____
- _____
17. Qual a compreensão em relação as opiniões e pontos de vista dos clientes sobre as questões ambientais? _____

18. De que forma o desempenho ambiental da instituição tem impacto nos negócios?

19. Tem algum plano por escrito, especificando metas e ações para reduzir o consumo de energia?

() Sim. () Não.

20. A IES procura fazer uso de fontes de energia renováveis (solar, eólica, biocombustíveis)?

() Sim. Quais? _____
() Não.

21. Quais inovações foram implementadas pela empresa nos últimos anos, com a finalidade de promover a sustentabilidade? _____

22. Quem são os responsáveis pela coleta de dentro da empresa até o destino final do lixo?

() Funcionários
() Empresas Terceirizadas